

VISCONDE DE PANCOME OU O BARÃO DO RIO BRANCO NA OBRA DE LIMA BARRETO

Nicélio César Tonelli

“A Bruzundanga é um país de terceira ordem e a sua diplomacia é meramente decorativa. Não faz mal, nem bem; enfeita (...)

Mas o povo, graças aos poetas e jornalistas simoníacos não queria capacitar-se de que Pancome era simplesmente decorativo e continuou a admirá-lo como um semideus”.

(Lima Barreto - “Os Bruzundangas”)

Afonso Henriques de Lima Barreto escreveu “*Os Bruzundangas*” em 1917, refletindo sobre um país muito parecido com o Brasil. Caricaturista mordaz e possuidor de uma fina ironia, denunciou tudo aquilo que considerava errado em sua época daí ter sido marginalizado no meio acadêmico, social e político das primeiras décadas do século XX. Todavia, atualmente, Lima Barreto tem sido redescoberto, fazendo vibrar não apenas o público leitor, ávido de lazer, mas também o mundo intelectual que percebe no autor vários filões não devidamente explorados em seu pensamento, revelando uma riqueza ímpar quanto

ao retrato de uma fase da história do Brasil. Sob esta perspectiva, abordaremos o Visconde de Pancome, Ministro de Estrangeiros do país da Bruzundanga, cuja semelhança com o barão do rio Branco não era mera coincidência.

O Visconde de Pancome foi descrito como “*homem gordo e pesado*”, possuidor de um “*ascendente bem forte*” que lhe aumentava o prestígio, “*embaixador junto ao governo de uma potência européia*”, “*proclamado o maior estadista da nação*” e rodeado na sua secretaria por “*moços bonitos e excelentes mediocridades*” para destacar sua habilidade diplomática, além de ser “*um bruzundanguense conhecido na Europa*”. De fato, o Barão do Rio Branco era gordo e forte, filho do Visconde do Rio Branco, o qual teve atuação destacada no II Império; prestou serviços em Liverpool na Inglaterra, grande potência do começo do século XX; foi considerado o “*maior estadista da nação*” em função de vários litígios de limites que resolveu sem recorrer à guerra; foi muito conhecido na Europa, visto que atuou na Inglaterra, Alemanha e França, além de manter amplos contatos com a Holanda, a Suíça e a Itália, sem esquecer que como Ministro das Relações Exteriores (13/1902 - 02/1912) procurou distanciar-se de figuras que pudessem obscurecer seu prestígio como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco; e, ainda, procurou rodear-se de personalidades medíocres e vistosas, que lhe permitiam sobressair no Ministério sem maior concorrência, oferecendo ao estrangeiro a imagem de um corpo diplomático branco e bem tratado, muito diferente do país: mulato, pobre e descuidado. Não foi por acaso que Lima Barreto salientou as dificuldades do Visconde de Pancome para recrutar serviçais para sua secretaria, visto que a Bruzundanga era mestiça e com um povo bastante mal cuidado.

A rivalidade entre o Brasil e a Argentina durante a gestão do Barão do Rio Branco não passou despercebida por Lima Barreto. Este último enfatizou que a “*República das Planícies*” era vizinha e rival da “*Bruzundanga*” e que naquele país os caricaturistas ridicularizavam a Bruzundanga pela contradição de um ministério “*gênero boulevard*” e uma “*população javanesa*” que era extremamente

indesejada. Pancome esforçou-se para demonstrar a necessidade de uma “*esquadra poderosa*” ao “*mandachuva*” da Bruzundanga para defender-se da República das Planícies. A esquadra foi adquirida com altíssimo custo, ainda que a Bruzundanga não tivesse “*marinheiros dignos*” e os devidos “*arsenais*”. Efetivamente, a República das Planícies se identificava com a Argentina na medida em que este país era fronteiro com o Brasil e marcado pela grande planície pampeana. E mais, os periodistas dos jornais platinos caricaturizavam bastante o governo brasileiro composto exclusivamente de brancos e seu povo mestiço com forte componente negróide enquanto a Argentina possuía uma população nitidamente européia, não necessitando de disfarçar a realidade como fazia o Barão do Rio Branco. Lembre-se que nosso Ministro das Relações Exteriores insistiu junto a Rodrigues Alves para a aquisição de novos navios para a esquadra nacional, considerada muito inferior à Argentina, tornando o Brasil frágil diante de uma possível guerra com aquele vizinho, mas o país continuava débil em arsenais e não dispunha de marinheiros preparados tecnicamente, nem mesmo satisfeitos com a Marinha, tanto é que se revoltaram em 1910. Lima Barreto, ao contrário da maioria dos políticos e da maior parte da opinião pública, teve a noção exata do engodo que era a propalação da rivalidade Brasil-Argentina, a qual serviu tão somente para justificar o *status quo* oligárquico e a conseqüente neutralização popular contra a ordem vigente em nome do “*patriotismo*”.

O autor do livro “*Os Bruzundangas*” criticou acrimosamente o “*patriotismo*” do Visconde de Pancome. Enfatizou que o dito *ministro* “*só trabalhava para impressionar os estrangeiros*” e não fazia “*obra alguma de alcance social*”. Considerado “*patrimônio nacional*”, o Visconde de Pancome nunca era questionado e quem o fazia era taxado de “*mesquinho*”, “*ingrato*” e “*impatriota*”. Durante seu “*longo ministério (quase dez anos)*”, apesar do deterioso da situação interna do país, Pancome não apresentou ou lembrou de “*medidas para remediar um estado de descalabro*”. Assim, apesar da miséria nacional, a propaganda fazia que a opinião pública acreditasse nele e “*o povo não permitia que ninguém lhe tocasse na reputação*”, considerando-

-o um “*demiurgo*” e um “*demideus*” por ter conquistado “*não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos da terra para deitarmos o cadáver*”. Lima Barreto, portanto, explicitou que a gestão do Barão do Rio Branco dedicada a definir as fronteiras nacionais, incorporando o Acre (litigioso com a Bolívia e o Peru), o noroeste da Amazônia (litigioso com a Colômbia e o Equador), o Amapá (litigioso com a França), etc., não implicou em melhoria do nível de vida da população, a qual continuou sem acesso à terra, nem mesmo àquela destinada ao corpo morto, determinando, pois, que sua atuação política, apesar da propaganda e da ilusão popular, não apresentasse alcance social algum, visto que a expansão territorial obtida contemplava tão somente os poderosos, oferecendo a imagem de um país respeitado no exterior porque vencia quase todas as questões de limites.

A imprensa, sem dúvida, exerceu papel destacado para reforçar o caráter semidivino e de grande estadista do Barão do Rio Branco. Lima Barreto condenou os jornalistas bajuladores que tudo faziam para obter concessões e privilégios num país em que as leis não eram respeitadas e que o Visconde de Pancome tinha “*por lei a sua vontade*”, mandando na sua secretaria como se fosse sua casa, tanto é que residia no “*próprio edifício do Ministério sem autorização legal*”, dispondo de “*tão audazes atrevimentos para desprestigiar todas as leis, todos os regulamentos e todas as praxes administrativas*”. O autor salientou ironicamente que “*os jornais da Bruzundanga, os mais lidos e os mais obscuros, e as revistas de toda a natureza redobravam a sua atual gritaria em casos tais*” como aqueles em que Pancome por alguma razão era lembrado no exterior gerando grande júbilo no país ou, então, quando vencia algum pleito com os países vizinhos. Além dos jornalistas, os “*poetas louvaminheiros*” erguiam “*às nuvens o Visconde e a sua extraordinária proeza*”, o qual retribuía com “*propinas e fartos jantares*”.

É sabido que o Barão do Rio Branco ocupou o Palácio do Itamarati como propriedade privada, sendo bastante pródigo na or-

ganização de festas e jantares para o meio diplomático, acadêmico, jornalístico e político bem como excessivamente displicente quanto ao cumprimento de certas obrigações inerentes à sua função; por exemplo, não escrevia os relatórios ministeriais, nem consultava o governo quanto à autorização para promover festas, etc, no edifício do próprio Ministério. Quanto aos jornais que lhe faziam a apologia, cumpre destacar o “*Jornal do Comércio*”, o “*Jornal do Brasil*”, o “*Correio da Manhã*” no Rio de Janeiro; “*O País*” e a “*Gazeta de Notícias*”, também no Rio, foram inicialmente mais reticentes, mas com o tempo aproximaram-se o Barão do Rio Branco, visto não quererem ser considerados “*impatriotas*”, “*mesquinhos*”, etc. “*O Estado de São Paulo*” e o “*Jornal do Comércio*” em São Paulo compartilham da exaltação do diplomata nos mesmos moldes que seus congêneres cariocas. O “*Correio Paulistano*”, por sua vez, comportou-se como “*O País*” pelos mesmos motivos. Enfim, a grande imprensa subordinou-se ao nosso Ministro das Relações Exteriores sem o menor pudor como alertara Lima Barreto.

Qualificado como “*autoritário*”, “*megalômano*”, apresentava alguns traços dignos de nota, pois “*era de fato um escritor*” e possuidor de “*alguma inteligência*”, distinguindo-o de seu sucessor que procurava imitá-lo e que também fazia parte da Academia de Letras de Bruzundanga. Certamente, Lima Barreto referiu-se a Domício da Gama (11/1918 - 06/1919 - Ministro das Relações Exteriores), um dos sucessores do nosso mais famoso diplomata, pois tal como o Barão do Rio Branco tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, visando ser seu fiel seguidor. Indiscutivelmente, Lima Barreto percebeu que José Maria da Silva Paranhos Júnior escrevia bem, logo, não poderia ser totalmente desprovido de inteligência. No que concerne aos quatro adjetivos citados e atribuídos a Pancome, podiam ser aplicados com tranqüilidade ao Barão. O autor de “*Os Bruzundangas*” jamais se equivocou em suas observações e julgamentos. Sem dúvida, o Barão era excessivamente apegado ao Ministério das Relações Exteriores, abandonando-o apenas quando faleceu e pactuou com vários presidentes da República Velha para preservar-se no cargo,

vangloriando-se, inclusive, de sua longa permanência no Ministério, o que contradiz, por princípio, qualquer preceito democrático de rotatividade nos cargos públicos.

Por fim, o olhar acurado de Lima Barreto sobre o Brasil e o Barão do Rio Branco refletido no livro “*Os Bruzundangas*”, em especial nos capítulos VII (A diplomacia da Bruzundanga) e XXI (Pancome, as suas idéias e o amanuense), a partir de uma visão caricata da realidade, foi mais do que perfeito. O Brasil nunca foi país de primeiro mundo e a política externa brasileira, por decorrência, nunca também possuiu a autonomia pretendida, tornando-se, pois, mera figura decorativa no sentido de que seguia os principais ditames das potências com as quais se relacionava. O povo inculto e mantido na ignorância pelo próprio sistema socioeconômico e político em que se inseria acabou por ser presa fácil da propaganda bem articulada de jornalistas e poetas dos começos dos séculos XX. Pancome não era um semideus e a admiração cega ao Barão do Rio Branco foi no mínimo alienante. Lima Barreto denunciou este estado de coisas de modo fino e sutil, não descartando o recurso da ironia; por isto mesmo, foi marginalizado e desprezado pelo mundo acadêmico de seu tempo. Muitos anos se passaram após a publicação d’ “*Os Bruzundangas*”, entretanto, muitas coisas continuam sem sofrer nenhuma transformação. Repensar Lima Barreto é repensar o nosso país. Rever o Visconde de Pancome é libertar a política exterior brasileira do fantasma do Barão do Rio Branco. Assumir esta postura crítica é incorrer no risco de ver-se intelectualmente marginalizado como Lima Barreto. Eis um desafio extremamente delicioso.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo : Tecnoprint, s/d.